



# A CLASSE OPERÁRIA

## SUPLEMENTO ESPECIAL SOBRE A REFORMA POLÍTICA

**O**s resultados das eleições municipais foram eloqüentes a favor da oposição. Não há como esconder a derrota de Fernando Henrique e de seu partido. Os grandes centros protestaram contra a política dominante. Após a derrota, o governo e as classes dominantes buscam apressar a reforma política. A reforma proposta é essencialmente antidemocrática e discriminatória. O projeto neoliberal dominante vive um processo de esgotamento. Fernando Henrique e

os setores conservadores e antidemocráticos com quem governa procuram meios de continuar dando as cartas e evitar nova derrota em 2002. O governo pretende dividir a oposição e garantir a sua continuidade. O PCdoB é absolutamente contra a reforma política proposta pelo governo, que colocará em risco inclusive a continuidade da existência legal do Partido! Esta reforma reduz o pluralismo partidário a uma mera formalidade política.



**Renato Rabelo: "reforma antidemocrática"**

**A Classe Operária** publica, neste suplemento, análises que desmascaram a verdadeira intenção da reforma política engendrada no Palácio do Planalto. É necessária a ampla mobilização dos setores democráticos, populares e progressistas para barrar essa nova ofensiva reacionária do governo de Fernando Henrique Cardoso. Também nesta questão, a unidade é um fator fundamental para garantir as conquistas de Democráticas e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
brasileiros.

# Reforma política é golpe antidemocrático

O governo de Fernando Henrique Cardoso e as cúpulas dos partidos que lhe dão sustentação reagiram à derrota que sofreram nas recentes eleições municipais recolocando na agenda nacional o tema da reforma política. Diante da insofismável evidência de que as oposições avançam e criam-se condições para infligir derrota ainda mais significativa aos que hoje monopolizam o poder político no país, surge uma avalanche de falsos argumentos contrários ao pluripartidarismo, ao voto proporcional e ao direito de os partidos afins realizarem coligações para as eleições proporcionais.

Na verdade, a reforma política idealizada pelas cúpulas dos partidos governistas constitui um golpe no já precário sistema democrático vigente no país. As medidas propostas pelo governo e seus aliados, como a antecipação para já de uma arbitrária e excludente cláusula de barreira, a proibição de coligações em eleições proporcionais, o voto distrital puro ou distrital misto e a chamada fidelidade partidária concebida como camisa de força para impedir artificialmente dissidências na base governista, ferem o princípio constitucional da liberdade de organização partidária, adulteram o sistema representativo, impedem o desenvolvimento de forças eventualmente minoritárias e distanciam ainda mais o representante do eleitor. Ao pretender vedar o acesso dos chamados pequenos partidos à propaganda gratuita em rádio e televisão e ao fundo partidário e proibir que os partidos decidam livremente sobre a realização ou não de coligações proporcionais, os proponentes da reforma política querem na verdade transformar o acesso de correntes políti-

cas ao Congresso Nacional num direito privativo de poucos e tornar a vida parlamentar e institucional um condomínio de alguns poucos partidos.

O Partido Comunista do Brasil considera que o sistema político brasileiro contém sérias deformações. Na essência é antidemocrático, porquanto os critérios vigentes de distribuição do tempo de rádio e televisão e o quociente eleitoral beneficiam os grandes partidos. Além disso, são flagrantes as distorções provocadas pela influência do poder econômico, dos grandes meios de comunicação e dos institutos de pesquisa nos resultados eleitorais. Uma reforma desse sistema, porém, para ser efetivamente democrática, só poderá ser feita nos marcos de uma situação política distinta da atual, no bojo de uma democratização profunda do Estado brasileiro. Uma reforma desse tipo exige um debate livre que envolva toda a sociedade, recolha a opinião de todas as formações políticas e organizações cívicas.

A reforma política pretendida no momento é ilegítima e antidemocrática, pelos vícios de origem e pelo inconfessável propósito de marginalizar da vida institucional correntes políticas que lutam inconciliavelmente contra o neoliberalismo e o regime retrógrado das classes dominantes. Tal reforma entra na agenda política porque o neoliberalismo é avesso à democracia e ao crescimento das forças de esquerda. Corresponde a uma exigência do imperialismo, do capital financeiro internacional, cujo domínio requer a estabilidade no poder das forças favoráveis e dóceis à sua orientação. As idéias que a inspiram nada têm de original. Em geral são importadas de modelos estrangeiros.

O plano neoliberal de liquidar a soberania nacional e atacar os direitos dos trabalhadores não terá êxito se o povo estiver vigilante e mobilizado, se os partidos populares tiverem espaço para apregoar e implementar políticas alternativas. Por isso, as forças do neoliberalismo clamam por medidas antidemocráticas como as constantes da anunciada reforma política.

É nesse contexto que se pretende impor tal reforma na base do rolo compressor, desconhecendo o ritmo normal de funcionamento das casas legislativas. Cumpre aos partidos oposicionistas lutar no âmbito do Câmara dos Deputados para

a constituição de uma comissão especial com a finalidade de discutir todos os projetos de lei que tratam do tema “reforma política”. Não há por que destacar como prioritários apenas os projetos de lei que interessam às forças governistas.

Combater a reforma política proposta pelo governo e as cúpulas dos partidos de sua base de sustentação é indispensável para o avanço da luta em defesa da soberania brasileira, da democracia e dos direitos sociais dos trabalhadores.

*Comitê Central do PCdoB*

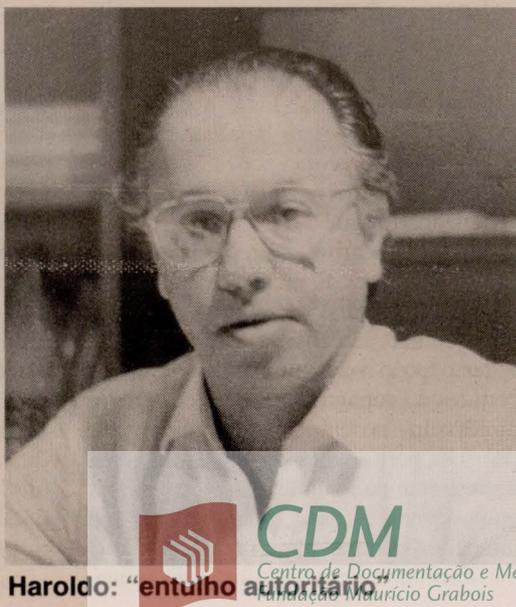
# Reforma política com jeito de Pacote de Abril

HAROLDO LIMA\*

**D**e repente surge um movimento pregando a realização de uma espécie de reforma política já. A “reforma” é a preconizada pelos governistas e o “já”, curiosamente, apareceu logo depois da derrota do governo na eleição de 2000. Uma comissão especial para a reforma política está constituída na Câmara desde 9 de junho. Não foi instalada porque alguns partidos governistas, sem pressa, até agora não indicaram representantes.

A pressa repentina, a tentativa canhestra de atropelar a comissão especial que não funcionaria e a presença do vice Marco Maciel imprimindo ritmo ao movimento insólito começam a suscitar paralelos históricos. Marco Maciel era o presidente da Câmara dos Deputados em 1977, época em que a ditadura vinha da estrepitosa derrota eleitoral de 1974 e temia um desastre na eleição

de 1978. Pelo que conta em suas memórias o general Geisel, “principalmente Golbery, Petrônio, Marco Maciel e Falcão” puseram-se a maquirar sobre o que fazer. E saiu o Pacote de Abril, de 1977, dos mais



Haroldo: “entulho



**CDM**

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

truculentos da ditadura, que fechou o Congresso e criou os senadores biônicos. Marco Maciel justificou o fechamento do Congresso como um “ato profilático”.

Os paralelos existem. A eleição de 2000 foi, como a de 1974, derrota fragorosa do esquema no poder. A eleição de 2002 significa, como a de 1978 significava, a aproximação de desastre maior. Na ótica do governo atual, como em 1977, há que se fazer algo. E é um sobrevivente do grupo do Pacote de Abril, Marco Maciel, que aponta o rumo do que seria o pacote do final de 2000, ou do início de 2001, a intitulada reforma política.

O plano é audacioso. As oposições, com o PT à frente, recém-conquistaram grandes vitórias, para o que foram fundamentais a união ou a coordenação que tiveram. O que lhes avaliza a hipótese de êxito em 2002 é a manutenção da unidade ou da articulação. Precisamente por isso é que o plano quer dividir as oposições, procurando seu mentor, Marco Maciel, se acercar do PT na vã tentativa de levá-lo a apoiar uma chamada reforma política contra seus aliados históricos. O velho bruxo Golbery estaria satisfeito com a sutileza do companheiro.

Não há dúvida de que o sistema eleitoral brasileiro necessita de mudanças. Em que sentido fazê-las é o problema. Desde o Império, em batalhas cíclicas, confrontam-se concepções diferentes sobre a forma de a sociedade escolher seus representantes.

O voto distrital, só para os que têm renda alta, para os maiores de 24 anos, depois 21 anos, só para homens, tudo isso que prevaleceu por décadas refletia a concepção oligárquica da época. A concepção democrática avançou a partir da Revolução de 1930 e da Constituição de 1946, com o voto universal, independentemente de renda e de gênero, aos 18 anos, secreto e com o sistema proporcional para a escolha de parlamentares.

Durante o regime militar, a concep-

ção restritiva cravou na legislação eleitoral o voto distrital misto, a cláusula de barreira de 10%, depois 5%, a fidelidade partidária e a proibição de coligações, entre outros pontos. No ciclo democrático seguinte, a ditadura foi afastada, e todos os itens acima referidos revogados como “entulho autoritário”.

A Constituição de 88 mal começou a ser aplicada e o avanço neoliberal pôs o povo na defensiva. Novo ciclo de recuos ocorreu com o desmonte das estruturas econômica e social da Constituição, que atingiria também o nível político.

A mudança dos ventos, que começou a ocorrer com a eleição de 2000, suscita entre os neoliberais a dúvida se terão tempo e força para fazer o que queriam. Daí a corrida para um pacote de última hora, que elitizasse mais ainda o poder, liquidasse as minorias e definisse poucos grandes partidos para receberem reserva de mercado para acesso ao Parlamento, à mídia e a muito dinheiro público. Um ou dois desses partidos poderiam até ser de oposição, para não dar muito na cara...

A forma prática para garantir tais objetivos seria simples: sem originalidade e sem pejo, reintroduzir na legislação os quatro pontos capitais do “entulho autoritário” revogado. Estaria feita a “reforma política”.

É preciso a pronta instalação da Comissão Especial da Câmara para uma reforma política séria. Ela terá que examinar cerca de 170 projetos que tramitam sobre a matéria, além dos que vieram do Senado, sem discriminar nenhum, muito menos o financiamento público das campanhas, ato profilático que libertaria nossas eleições do poder econômico.

# Reforma política com democracia

IARA BERNARDI\*

O governo tenta trazer de volta o debate da reforma política após a sua grande derrota eleitoral. Nós, do PT, não podemos aceitar que o governo nos imponha a sua agenda e suas propostas. Temos que defender uma reforma ampla e democrática, com a participação da sociedade, além do Congresso e do Executivo.

Como primeiro ponto não podemos aceitar uma discussão de reforma política sem discutir a questão da representação proporcional dos Estados, que apresenta uma grave deformação imposta durante o Governo Geisel. Esta deformação vicia o próprio espírito democrático, que tem como princípio um cidadão, um voto e deve ser o primeiro ponto em qualquer reforma política séria. O corpo-

rativismo do Congresso nunca será modificado de maneira espontânea.

Devemos ter propostas que democratizem radicalmente a estrutura dos partidos políticos, que não podem mais continuar funcionando como simples cartórios para o registro de candidaturas. Dentro dessa discussão está a questão de financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais. Sindicatos, entidades da sociedade civil ou até uma simples associação de bairro, atualmente não podem apoiar financeiramente um candidato (a) que seja escolhido (a) de forma democrática e que defenda os interesses desses grupos. Sem transparência e regras rígidas de prestação de contas não há possibilidade de termos partidos políticos sérios e representativos.

A fidelidade partidária parece consenso entre todos numa análise superficial, mas a realidade da formação partidária de uma forma geral, não iguala a fidelidade que nós do PT já praticamos desde o início da fundação do partido e que está sendo defendida agora. Partidos com propostas programáticas e representatividade social podem exigir fidelidade de seus membros. Hoje, uma lei que imponha fidelidade partidária beneficiaria apenas as cúpulas partidárias autoritárias. Há democracia nisso?

Outro ponto é a lei eleitoral - esta deveria ser permanente, com regras estáveis. É essencial para consolidação da democracia ter regras estáveis. Não se pode ter estruturas partidárias consolidadas e a cada eleição se ter uma nova lei eleitoral.

**GDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



Iara: "articular partidos populares"

mental que a cidadania seja respeitada em seu princípio básico que é representado pelo voto facultativo. Só teremos uma melhor qualidade nas discussões políticas quando esta não for vista como um dever e sim como um direito do povo.

Enfim, nenhum desses pontos está na reforma do governo.

A principal reforma eleitoral que funciona (e que teve seu princípio de forma democrática) foi a lei de cotas, porque representou o interesse e a mobilização das mulheres e entidades feministas do mundo e do Brasil. O debate democrático foi o nosso ponto de base na discussão.

Para conseguir a reforma que queremos devemos articular os partidos populares com a sociedade, em torno de propostas que representem os interesses da população e conseguir transformá-las em lei. Queremos uma reforma política para democratizar o sistema e não para elitizá-lo ainda mais e sabemos que, somente a articulação e a mobilização da sociedade será capaz de conquistá-la.

---

*\*deputada federal (SP) e vice-líder do PT na Câmara dos Deputados, artigo publicado no Diário Popular (SP), 12/11/00*

---

# Reforma é estratégia conservadora

---

MIGUEL ARRAES\*

---

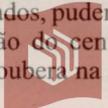
**A** reforma política volta aos jornais como a questão prioritária do governo, com a diferença de que, agora, seria aprovada com o apoio de parte importante da oposição. Esse apoio não parece necessário para sua aprovação no Congresso, onde ele tem maioria, mas para legitimar a consagração de medida no mínimo restritiva às práticas democráticas. Na verdade, visa sobretudo coroar uma série de medidas já adotadas no curso do tempo, de maneira pontual e aparentemente isolada.

Constatou o governo a dificuldade em aprovar, como pretendia, um pacote único de medidas ora tramitando no Senado, considerando preferível adotar a tática de aprová-lo aos pedaços. A análise da chamada reforma política passaria a ser feita num campo mais reduzido, limitando o debate a questões normativas, separadas no tempo.

Essa tática afasta a discussão polí-

tica mais geral a tal ponto que pode ensejar a legitimação de medidas antidemocráticas por forças que se declaram defensoras de interesses populares. O alargamento do campo de análise força a constatação de que a reforma, como medidas outras em diversos setores, faz parte da estratégia conservadora cujo objetivo é restabelecer sua hegemonia, abalada pela contestação aos regimes militares que comandaram os governos dos países da América Latina e de outros continentes. As ditaduras não foram derrubadas, mas negociaram a reposição das figuras centrais, sem quebra das estruturas de poder e sem mudanças substanciais na política que haviam desenvolvido.

Tais alterações variavam de acordo com a correlação de forças em cada país, mantendo, porém, a orientação de conservar os espaços conquistados. Neles ancorados, puderam construir alianças na direção do centro, fortalecendo o que lhes coubera na abertura política, sem jamais



CDM

Abertura Política sem Amnésia  
Fundação Maurício Grabois



### **Arraes: “estratégia conservadora”**

ceder no essencial. Ao contrário, mantiveram os mesmos objetivos, “flexibilizados” ou não, disfarçados sob novas máscaras, em novas caras, dispostos a coabitar com a herança da ditadura. Não é preciso maior análise para enxergar os efeitos dessa manobra nos mais diferentes países, embora ela possa ser mais visível em países (maiores) como o Chile, onde as forças conservadoras puderam preservar a própria figura do ditador, que continuou detendo, e ainda detém, apreciável parcela de poder, apesar da condenação sofrida internacionalmente.

Há marcantes diferenças com o acontecido no Brasil, onde os militares se afastaram da cena política. Mas as semelhanças são, também, marcantes: civis que apoiaram a ditadura preencheram o vazio deixado por eles e cada vez mais ocupam posições de mando. Isso possibilitou mudanças feitas na política econômica, com as quais os militares desde sempre concordaram e cuja consolidação exige estruturas políticas adequadas e estáveis

O controle das instituições do país e o manejo dos meios de comunicação constituíram os instrumentos de sus-

tentação principais nesse novo contexto, secundarizando o uso da força, predominante na etapa anterior.

A importância e a urgência da reforma política decorrem, assim, da necessidade de gerar condições para a reprodução do quadro partidário de modo a garantir o controle institucional. Na mesma direção agia o regime militar ao estabelecer regras para a ação política, por vezes grotescas, e ao limitar, por exemplo, o aparecimento de candidaturas apenas por meio da divulgação do seu currículos nas TVs. Proibir a exibição na TV de grandes concentrações ou de “cenas externas” em geral, significando

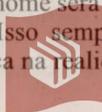
demonstrações populares, brota do mesmo tipo de pensamento.

Até agora ele prevalece e ameaça constituir a base da badalada reforma, revestida de formas verbais mais requisitadas, prevalecendo o mesmo objetivo de controle das instituições.

Por outro lado, constata-se que a argumentação trazida a público para justificar as regras propostas invoca, sobretudo, soluções adotadas em países europeus, a Alemanha notadamente.

O conhecimento de todos os caminhos já seguidos noutros países será, certamente, útil. Mas é estranho que se queira, simplesmente, transplantar fórmulas, sobretudo vindas de sociedades estruturadas sem a elevada mobilidade social nem o elevado índice de deslocamento da população existentes no Brasil. Se os subsídios, venham de onde vierem, podem ser úteis, o fundamental é que nessas instituições políticas tenham em conta nossa realidade e a diretiva principal já estabelecida no artigo 1º, da Constituição: “O poder emana do povo e em seu nome será exercido”.

Isso sempre esteve no papel, mas nunca na realidade. A estratégia conser-



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

vadora existe há séculos e foi bastante eficaz no caso da escravidão. As sucessivas leis que protelaram a abolição pareciam concessões que visavam favorecê-la, quando serviam apenas para protelá-la: proibição do tráfico, Lei do Ventre Livre e várias outras.

Há, afora o reconhecimento da existência da exclusão, do desemprego e da miséria, a mesma “boa vontade” de remediar tal situação. É necessário, então, sem rejeitar a “boa vontade”, impedir que se repita o mesmo procedimento do século 19, entremeadado da luta

aboliconista, e que viu, no final, a escravidão desembocar numa semi-escravidão cujos resquícios sobrevivem até hoje.

As forças democráticas e populares, portanto, não podem fugir do combate frontal contra tal estratégia, em busca do cumprimento daquele dispositivo constitucional. Na hora em que o poder emanar do povo, será outra a velocidade da luta contra a exclusão e a miséria.

---

*\*presidente do PSB, ex-governador de Pernambuco, artigo publicado na Folha de São Paulo, 10/11/000*

---

## Reforma que deforma

JANIO DE FREITAS\*

**S**ob a imprópria denominação de reforma política, um grupo de governistas encabeçados pelo vice-presidente Marco Maciel procura fazer com a oposição, em troca de concessões pouco expressivas, um acordo que só pode resultar na protelação da reforma política que dê seriedade à vida parlamentar e sentido responsável aos partidos e seus programas.

O financiamento oficial das campanhas eleitorais, posto pela oposição como exigência para aderir à tal reforma e, pelos governistas, como grande concessão aos opositoristas, não vale nada como uma coisa nem outra. O financiamento oficial só teria efeito moralizador se acompanhado de um sistema rigoroso de fiscalização e um sistema enérgico de punições, para os que se valham também de dinheiro privado. Esses sistemas não entram em cogitação.

Além disso, o financiamento oficial, por si só, não moraliza a seleção de candidatos (e eleitos), os partidos, nem, por consequência, a vida das Câmaras, Assembleias e do Senado. O financiamento ofi-

cial só funciona como parte de um todo voltado para dar à política a respeitabilidade, pelo menos, minimamente devida.

A designação de Marco Maciel como coordenador da comissão de “reforma” já explica estas aspas, e muito mais. O risco da oposição, envolvendo-se com o que não passe de outra maquiagem, é de ser também “oposição”.

A reforma política no Brasil só se processará por um movimento de fora para dentro dos meios políticos, um projeto estudado por um grupo de pessoas respeitadas por seu saber, seriedade e desapego.

O que ficou bem claro neste comentário do deputado Francisco Dornelles na reunião, anteontem, dos “reformistas”: “Não se pode exigir que um deputado aceite uma reforma que vai significar sua derrota eleitoral”.

É, no entanto, exatamente o que se tem a exigir de um reforma que mereça tal nome, para expelir da vida política os deputados e outros que nela só estão por interesses assim pessoais e, em geral, baixos.



\*colunista do jornal **CDM** Folha de S. Paulo, 10/11/00  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois